

DOS RIS- COS A CRIMINA- LIDADE

ALEXANDRA ESTEVES
MANUEL ANTUNES DA CUNHA
VÍTOR J. SÁ
EMESE PANYIK
FILOMENA PONTE
DANIELA MONTEIRO
CRISTINA SILVA
SÍLVIA FERNANDES
(COORDS.)



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

BRAGA

Ficha técnica

Título:	Dos riscos à criminalidade
Editor:	Faculdade de Ciências Sociais Centro Regional de Braga Universidade Católica Portuguesa
Capa:	Alexandra Esteves
Revisão da língua inglesa:	Hermenegildo Encarnação
Execução gráfica:	Manuel Antunes da Cunha, Vítor J. Sá
Versão digital:	http://www.interconexoes.com/cics2013/actas.pdf
Data de saída:	Maior de 2015
ISBN:	978-989-95645-1-0



Dos riscos à criminalidade

Coordenadores

Alexandra Esteves
Manuel Antunes da Cunha
Vitor J. Sá
Emese Panyik
Filomena Ponte
Daniela Monteiro
Cristina Silva
Sílvia Fernandes



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DE BRAGA

Cuidem dos vivos, enterrem os mortos
- o socorro no terramoto de Lisboa

Take care of the living and bury the dead
- relief efforts after Lisbon earthquake

Amélia Ferreira*

RESUMO

A catástrofe de um de novembro de 1755, primeiro desastre da modernidade, afetou uma das cidades mais importantes da Europa da época. Singular foi a forma como o Estado assumiu a responsabilidade da reconstrução e gestão da emergência e socorro, para alívio e segurança do povo. A preocupação dos governantes da época em criar uma cidade mais segura, foi precedida da preocupação genuína em salvar quem ainda tinha hipóteses de sobreviver e enterrar quem já não pertencia ao mundo terreno. Através da análise de fontes coevas, podemos constatar que os governantes da época fizeram o que era esperado de quem está ao comando dos destinos da nação.

Palavras-chave: catástrofe, terramoto, emergência, socorro.

ABSTRACT

The catastrophe November the 1st 1755, first modernity's disaster, affected one of the Europe's most important cities. It was remarkable the way how the state assumed the responsibility for the reconstruction and emergency rescue's management, granting the support and people's safety. The ruler's purpose was to create a safer city, with a genuine concern in saving those who still had a chance of surviving and bury those who no longer belonged to this world. Through coeval sources analysis, we noticed that rulers of that era did what was expected from those who were in command of nation's destiny.

Keywords: disaster, earthquake, emergency, relief.

* Universidade Católica Portuguesa, ameliadiasferreira@gmail.com

Segundo as fontes coevas, Sebastião de Carvalho e Mello, Secretário de Estado do Reino era um homem madrugador e usava o silêncio da manhã para orientar o seu trabalho. Assim, no primeiro dia de novembro de 1755 o Secretário de Estado, tal como nos outros dias, levantara-se cedo e preparava-se para ir à missa quando sentiu que o chão lhe fugia sob os pés. (Chantal, 2005, p. 23) Depois de se aperceber do que estava a acontecer, deixou a sua mulher e filhos nas ruínas do palácio da Rua Formosa e saiu por caminhos entulhados de ruínas e de mortos, não para ir à missa como tinha previsto, mas para ir a Belém, ver como se encontrava o Rei. (Monteiro, 2006, p. 85) Quando o rei D. José lhe perguntou o que fazer, Pombal respondeu que deviam enterrar os mortos e cuidar dos vivos. Sendo muitos os que dizem que esta frase não se deve a Sebastião de Carvalho e Mello pode dizer-se que, se não o disse desta forma, colocou-o em prática.

Nas horas que se seguiram ao Terramoto de Lisboa, Sebastião de Carvalho e Mello encontrava-se por todo o lado. Os secretários rendiam-se nos assentos da carruagem enquanto ditava os inúmeros decretos que emitiu e entre os mesmos ainda lia relatórios da polícia, recebia correios e tomava nota de informações.

Queria ver tudo, não encontrando obstáculo que o fizesse retroceder. Lisboa estava irreconhecível e como se não chegassem as ruínas provocados pelo terramoto, consumia-se em chamas, aumentando os prisioneiros nos escombros. Poucos eram, no entanto, aqueles que se voluntariavam para ajudar. Os que não estavam feridos ou mortos, aqueles que conseguiam andar, refugiavam-se em lugares altos longe da desgraça que assolava a baixa da cidade. Por ser dia santo consagrado à devoção de todos os santos, estavam as igrejas a transbordar de fiéis que assistiam às missas, o que foi causa de grande mortandade. Os feridos eram deitados sobre camas de folhas, enquanto frades passavam pregando penitência e rezando o rosário. Quando chegou a noite e com ela o frio e a fome acenderam-se fogueiras onde se cozinharam frangos roubados aos quintais.

Em Belém, o rei penitenciava-se e pelas ruas os cânticos misturavam-se às maldições e aos gemidos. (Chantal, 2005, p. 33) O Secretário de Estado mandou a tropa prender os vagabundos apanhados a saquear e colocou-os a apagar os incêndios e a recolher os cadáveres, pois após este acontecimento, as ruas de Lisboa encontravam-se cobertas de ruínas e cadáveres. (Chantal, 2005, p. 36) À putrefação ao ar livre, iria seguir-se o flagelo da peste. Sendo inverno e não podendo as águas escoar para o mar, com facilidade estas ficariam contaminadas. (Lisboa, 1758, p.4)

Perante um acontecimento tão terrível como excepcional, o terramoto de 1755 espalha por Lisboa o luto, a desolação, a ruína, fazendo com que uma vaga de comoção espiritual tomasse conta da cidade.

No horror do terramoto, o estrondo das demolições dos edifícios, os brados dos homens, os lamentos das mulheres e o choro das crianças ecoavam por Lisboa. Apenas restava o amor-próprio, pois nestas horas de aflição ninguém se lembrava a não ser de si. Os pais esqueciam os filhos e os esposos tentavam livrar-se da morte sem se lembrarem de quem lhes fizera companhia. Só se procurava a salvação da alma. (Mendonça, 1758, p. 116)

Jaziam corpos nas ruas por sepultar entre as ruínas dos edifícios. Os que estavam gravemente feridos sofriam tormentos enquanto esperavam a morte ou socorro que tardava em chegar. Muitos doentes internados levantaram-se das camas e outros, menos maltratados pelas ruínas, restabeleceram-se em poucos dias sem a ajuda de médicos ou da medicina. No segundo dia pós terramoto, o Secretário de Estado do Reino mandou alargar as áreas dos enterramentos com a finalidade de evitar a peste que um grande número de cadáveres ao ar livre podia produzir. (Câmara Municipal de Lisboa, 1955, p.71)

Nos dias que se seguiram ao terramoto, viam-se filhos que procuravam pais, as mulheres procuravam os maridos, mas só se encontravam viúvas e órfãos. Tudo era motivo para nova agonia e clamores. (Souza, 1755, p. 6)

Poucos dias depois do Terramoto, decidiu o ministro de D. José, enviar um questionário com treze perguntas a todos os párocos do reino, com o intuito de saber de que forma o terramoto tinha afetado as paróquias e quais os efeitos do cataclismo. Era questionado a que horas tinha sentido o abalo, quantas casas tinham ruído, quantas pessoas tinham perecido, quais as providencias tomadas e outras questões importantes para se saber o que de facto se tinha passado no reino, naquele dia fatídico.

Sobre o terramoto de Lisboa existe um elevado número de estudos baseados em relatos de testemunhos vivenciados ou de descrições do acontecido. Assim, são várias e diferentes as informações sobre valores referentes ao número de mortos. Com base no recenseamento efetuado em 1801, para levantamento geral da população do reino, a mortalidade geral em Lisboa foi estimada em 31,5%, permilagem. (Sousa, 1979, p. 280) Pode admitir-se um valor de 37 ou 38 mortos por mil habitantes, decrescendo para 34 ou 35 mil em finais do século XVIII. Em 1788, o almanaque de Lisboa, refere que *metade dos que nascem morrem antes dos 17 anos*. (Araújo, 1977, p. 57) Apesar de não

haver grandes registos sobre a extensão da mortalidade causada pelo terramoto, pelo elevado número de pessoas a enterrar, pela destruição das sedes paroquiais do centro de Lisboa e a total desorganização do regime dos registos, a mortalidade é apontada em obras contemporâneas para um número de 20 000 mortos. (Pedegache, 1756, p. 20); (Mendonça, 1758, p. 137). Este número pode estar longe do real, pois a prática seguida na época era de não contabilizar os menores de sete anos que faleciam antes de os completarem. (Sousa, 1979, p. 84) O referido almanaque de 1788, também alerta para o facto de que muitos mortos, principalmente os menores, ficavam expostos às portas dos conventos ou igrejas dos regulares, locais onde não se fazia assento dos que iam a sepultar. Esta prática foi confirmada pelos párocos da capital no recenseamento de 1801. De referir também que dos livros dos óbitos, não faziam parte aqueles que viviam à margem da sociedade ou da Igreja Católica, referindo-se aos mendigos, e aqueles que professavam outra religião. (Sousa, 1979, p. 86)

Em concordância com o que foi dito, numa avaliação sumária do que se pode ler no manuscrito *Portugal Aflito e Conturbado pello terramoto do anno de 1755*, calcula-se que “perecerão nas ditas ruínas para sima de dezasseis, athé vinte mil pessoas”(…). Pode ler-se também nas páginas seguintes do mesmo manuscrito, que houve conventos onde foram mais os mortos que os sobreviventes (consultar quadro 1). (Viegas et al. 2012, p. 238)

De facto, a vida religiosa da época sofreu um rude golpe, pois das 40 paróquias de Lisboa, dezasseis ficaram arrasadas, dezanove arruinadas e apenas cinco em condições de continuarem a celebrar os officios e atos de culto, a administrar sacramentos. Dos 39 conventos de religiosos, oito ficaram sem serventia, 22 arruinados e nove danificados. Quanto às religiosas, dos 22 conventos, vinte ficaram perdidos restando apenas dois que continuaram habitáveis. (Marques, 2006, p. 229) Dos hospitais existentes, seis ficaram queimados, tendo-se destinado para os feridos civis, por ordem régia, para o celeiro do Mosteiro de São Bento da Saúde, e para os militares o Convento de São João de Deus. Velhos e enfermos foram ainda colocados nas águas furtadas da moradia do Conde de Castelo Melhor.⁶⁸ (Chantal, 2005, p. 48)

O Hospital Real de Todos os Santos quase foi destruído no seu próprio dia. Mas rapidamente foram dadas ordens para a sua reconstrução, pois em fevereiro de 1756, o

⁶⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante ANTT), *Hospital S. José*, cx 397, Mç 1, nº 33, sem folio.

Hospital Real de Todos os Santos começa a receber os primeiros doentes.⁶⁹ Mais tarde, em 26 de maio do mesmo ano, Sebastião de Carvalho e Melo escreve ao Enfermeiro Mór, a comunicar a autorização da transferência dos doentes do sexo masculino das enfermarias provisórias, principalmente das casas de Dom Antão de Almada, Celeiros do Conde de Castelo Melhor, do Mosteiro de São Bento da Saúde para as recém reconstruídas no Hospital Real.⁷⁰ (Lisboa, 1755, p. 91).

Apesar de já albergar alguns doentes, o Hospital Real de Todos os Santos só viria a receber instalações condignas em setembro de 1769, por via da doação régia do já extinto colégio jesuíta de Santo-Antão-o-Novo. A transferência dos doentes só seria possível após seis anos, em abril de 1775, tendo o novo hospital sido batizado com o nome de D. José, em homenagem ao Rei de Portugal. (Paiva et al, 2008, p. 13)

Mas no pós terramoto do primeiro de novembro, Lisboa mobilizou-se para ajudar os sobreviventes. Mesmo sabendo que os riscos que corriam eram elevados, os que sobreviveram tentavam retirar as pessoas das ruínas. (Viegas et al. 2011, p. 21) Os que tinham casas no campo que não foram afetadas pela calamidade ofereceram sustento e habitação. Muitos nobres com palácios fora de Lisboa, dispuseram os seus jardins para que os mais necessitados os ocupassem. Os homens de negócios, desembargadores e as mais distintas pessoas, assistiam os médicos e cirurgiões e ajudavam com medicamentos e alimentação. O rei D. José, pela mão de Sebastião de Carvalho e Mello, convoca a três e quatro de novembro, todos os médicos e cirurgiões da Corte, para que se dividam nas tarefas e assistam rapidamente os enfermos e feridos que se encontrem nas diferentes casas religiosas e noutros locais que seja necessário, mesmo que distantes. Para esses cuidados devem usar a farmácia do hospital. Não só lhes devem fazer chegar os cuidados médicos como também alimentos.⁷¹

Os religiosos, por incumbência do Cardeal Patriarca de Lisboa, prestaram apoio espiritual e ao terceiro dia pós terramoto depois de retirar os corpos das ruínas, começaram a dar-lhes sepultura. (Viegas et al. 2011, p. 302) O mesmo Cardeal ordenou que se colocassem altares portáteis nos campos, para a celebração da Santa Missa. Todas as congregações de religiosas abriram as suas portas onde se recolheram centenas de famílias. (Mendonça, 1758, p. 125) Faziam-se confissões públicas, perdoavam-se ódios antigos, tratando cada um de aplacar a ira divina. Muitos hereges foram

⁶⁹ ANTT, *Hospital S. José*, liv. 943, fol. 15.

⁷⁰ ANTT, *Hospital S. José*, cx. 397, Mç 1, n° 37, sem folio.

⁷¹ ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, Mç 1, n° 26 e 27 sem folios.

convertidos e batizados, renegando erros antigos, esperando que a sua nova condição os conduzisse à graça divina. Todo o povo era católico! (Souza, 1755, p. 5)

Por sua vez, D. José recorrendo às cozinhas reais, deu de comer ao povo, recolhendo feridos e doentes no picadeiro do Palácio de Belém.

A primeira acção de piedade e generosa, que sua Magestade uzou foy ordenar que a todo o povo que pudesse ser se lhe desse de comer athe onde este chegasse naquella noute e dia seguinte, o que assim se executou, sendo inumerável a gente que se juntou(...).(Viegas et al. 2011, p. 301)

Em vários locais da capital, foram construídas barracas para proteger o povo do inverno que se tinha iniciado rigoroso e com repetidas chuvas. Para estas proteções, foi utilizado grande quantidade de pano que havia nos armazéns reais e que D. José mandou emprestar. Foram também usados os panos das velas de navios que se encontravam na Ribeira das Naus e como não tivesse chegado, foi ainda usado o Brin e Lona que havia nas lojas de Lisboa e casas de estrangeiros. (Marques, 2006. p. 226) O próprio Rei D. José mandou construir uma barraca (real) para si, tal era o medo de viver em casas que pudessem ruir.

No Largo do Rato, foram construídas numerosas barracas, que ficaram durante décadas, pois muita gente por alturas do terramoto fugiu para esta parte da cidade, que foi menos afetada do que a parte com mais densidade populacional. As barracas passados meses passaram a ter a parte frontal de tabique e mais tarde de pedra e cal. Em junho de 1758, foi ordenado que não se permitisse mais a construção destes abrigos nos referidos terrenos, sendo que um destes abrigou os Carmelitas Calçados do Mosteiro do Carmo. Em 1762, na Rua de Monserrate, havia ainda 80 barracas, algumas só demolidas em 1848 e outras em 1852. (Sequeira, 1933, p. 169)

Com o que se consegue perceber pelas descrições mais ou menos emotivas sobre o acontecido no primeiro de novembro de 1755, podemos deduzir algumas práticas mais ou menos religiosas e de culto do século XVIII.

No que às cerimónias fúnebres diz respeito, os familiares mais próximos deviam cumprir os seus compromissos com todos os intervenientes externos. Deviam pagar ao padre que encomendou o corpo aos céus, aos que assistiram ao ofício e acompanharam o cadáver, encomendar aos religiosos da paróquia missas por alma do defunto, que em caso de haver posses se mandava celebrar em altar privado, pagar a cera ao cerieiro, o caixão e a abertura da cova. (Madureira, 1990, p. 9) Depois de todas as tarefas cumpridas, começavam a pensar em partilhas. Em caso de haver descendentes que tivessem completado a maior idade ou seja, os 25 anos, os bens existentes em casa

podiam lá permanecer como antes da morte de um elemento do casal ou ser efetuada a divisão de bens por mútuo acordo entre as partes. Caso existissem herdeiros menores ou ausentes, ou ainda se o cônjuge viúvo pretendesse novamente contrair matrimónio em segundas núpcias, aí a lei obrigava a um inventário de bens. (Madureira, 1990, p. 9) Este processo de partilha de património livre, requerido ao juiz dos Órfãos da localidade, devia ter início no prazo de um mês. Caso estes prazos não se cumprissem, existiam denúncias de vizinhos e familiares preocupados com os menores, que tentavam evitar a todo o custo que fossem prejudicados. Assim que era aberto o processo, vários peritos em avaliação, tal como alfaiates, ourives, carpinteiros, etc., deslocam-se à casa do defunto para juntamente com o Juiz dos Órfãos avaliar todo o património existente. Este processo terminava assim que o património fosse distribuído pelos herdeiros de forma legítima. Aos tutores dos órfãos cabia guardar de forma intacta o património herdado, até que atingissem a maior idade e pudessem legalmente tomar conta do que era seu por direito.

Quanto ao ritual da morte, este começava muito antes do falecimento, representando o tempo da doença, o primeiro compasso de um longo e arrastado processo de preparação. A família, amigos, vizinhos e demais pessoas, rodeavam o doente, conhecedores dos sinais premonitórios da morte. Na presença do moribundo invocavam os santos protetores, transportando imagens sagradas e entoando cânticos e ladainhas. Por fim, convocavam o padre e procedia-se ao anúncio do acontecido. (Araújo, 1977, p. 229) A passagem de um mundo para o outro, não se fazia de forma fácil. Tornava-se necessário que os vivos rezassem pela incorporação do morto na vida eterna. Em Portugal, à semelhança de outros países do Sul da Europa, não se cobria o cadáver até à inumação indo homens e mulheres a enterrar envergando hábitos religiosos. (Araújo, 1977, p. 233) No dia do falecimento e no oitavo dia, rezavam-se missas em grande quantidade avulsa, que tinham um preço mais caro se celebradas em altares especiais. O fascínio pelo número de celebrações levou alguns testadores a pedir de uma só vez 2000 ou até 5000 missas.⁷² Ao contrário das que se celebravam nos dois primeiros dias a seguir à morte, pela missa de oitavo dia e a de mês, as outras eram celebradas sem pressa ao longo dos meses.

A evocação de intercessores celestes caracterizava bem o modelo de piedade seguido na época. (Araújo, 1997, p. 242) Numa sociedade muito mais desprovida do

⁷² ANTT, RGT, liv.198, fl.44-46.

que a nossa em meios para combater as doenças naturais, a falta de proteção na terra era compensada pelo elevado número de protetores celestiais, identificados na imagem dos santos. (Araújo, 1997, p. 56)

O sofrimento, a doença e a morte foram ao longo dos tempos encarados como algo inerente à condição humana, mas que dentro do possível se tentou minorar ou mesmo evitar. Por isso sempre se recorreu a intercessores celestes, demonstrando uma fragilidade, quiçá impotência, para fazer frente às adversidades do corpo e da alma. (Santos, 1984, p.188) Recorria-se à intercessão dos santos advogados, caso os remédios fabricados pelos homens não surtisses efeito. Pode mesmo afirmar-se que poucas ou nenhuma seriam as maleitas que não tivessem a proteção de um santo. O número de santos advogados era tanto que se tornou necessário a realização de um catálogo elucidativo. No século XVIII, século das luzes e da razão, foram dois os catálogos elaborados. Um publicado em 1727 por um padre da capital, Luís Cardoso, membro da academia Real de História com o título: *Receita universal, ou breve notícia dos santos especiais advogados contra achaques, doenças, perigos e infortúnios a que ordinariamente vive sujeita a natureza humana*. O outro, da Biblioteca Publica Municipal do Porto, enumera os males mais frequentes do corpo e do espírito, atribuindo a cada um deles um santo advogado. Assim sendo, torna-se mais fácil entender o motivo pelo que também se recorria tanto a outro tipo de intercessores, desta vez terrestres, tais como bruxos, curandeiros ou feiticeiros para que, através de benzeduras e orações libertassem o corpo do mal físico ou psicológico que o atormentava.

Estes rituais, muitas vezes ligados ao demónio, tinham adeptos que, sendo seus aliados se tornavam no seu braço visível. Estes homens e mulheres associados ao mal eram acusados de pactos com o maligno, sendo perseguidos. Assim se explicam tantas acusações e condenações à morte de vítimas inocentes. E o tempo das calamidades era propício ao histerismo coletivo que precisava de se extravasar.

Podemos reparar que as receitas encontradas são quase todas de proveniência monástica, estando desde há muito associada a figura do padre ao médico. Para Francisco de Mello Franco (1794, p. 9) *os Senhores Confessores devem ser chamados Médicos do homem, e não só do seu espírito*. Ainda segundo o mesmo autor (1794, p. 191), todos os médicos estavam sujeitos a várias jurisdições e juramentos, não podendo exercer medicina sem dar provas de ser um bom cristão e avisar imediatamente a autoridade eclesiástica se presentisse algum sinal de enfermidade grave.

Nestes casos o confessor acompanhava o clínico, pois a doença apesar de ser um mal, era também um meio de aperfeiçoamento. Deus enviava os males para que os homens não se esquecessem dos seus compromissos sobrenaturais.

Em 1762, O Bispo de Miranda e Bragança, D. Fr. Aleixo de Miranda Henriques, proibiu os médicos sob pena de excomunhão, que visitassem doentes que uma vez alertados para o seu problema, não se tivessem ainda confessado após o 3º dia da declaração da doença. (Santos, 1984, p. 191) O papel dos médicos no século XVIII era muito amplo senão vejamos:

porque ser Médico, quer dizer: hum sogeito que examina o seu enfermo com cuidado, combina com atenção as circunstâncias da culpa, julga da sua causa com inteireza, ensina com brandura tudo quanto o penitente deve fazer para evitar seus pecados, prescreve os remedios necessários para os curar, e mesmo procura com affecto estes remedios; e eis-aqui exercitado com o officio de Medico também o de Juiz, de Doutor, e de Pai. (Franco, 1794, p. 10)

Podemos concluir que quando o terramoto de 1755 esfacelou Lisboa, dois tipos de pensamentos sobressaíam das ruínas. Por um lado, os que olhavam para o terramoto como causa natural não deixando espaço para outro tipo de explicações, por outro os devotos e sedentos de justificações divinas para o mal que assolara a capital. O lado da razão e do poder está personificado na figura de Sebastião de Carvalho e Mello, futuro Marquês do Pombal, enquanto que do lado da paixão e do misticismo, estavam todos os que não se poupavam a visões e até conversas com o Deus vingativo que castigara Lisboa, pelos pecados que cometera.

Quadro 1: Número de mortos contabilizados nos edificios religiosos.

Edifícios religiosos destruídos aquando do Terramoto	Mortos contabilizados
Templo do Convento do Carmo	Mais de 400 pessoas
Convento dos Religiosos da Trindade	Mais de 400 pessoas
Templo São Domingos	Mais de 300
Templo do Collégio de S. Antão dos Padres Jesuítas	4 padres
Convento Da Graça	Mais de 100 pessoas
Convento Boa Hora	Mais de 200
Templo Santo Eloy e Cónegos seculares de são João Evangelista	Mais de 100
Templo dos Congregados de S. Filippe Neri	Mais de 200
Convento de Corpus Christi	Várias pessoas
Convento das religiosas de Santa Clara	Mais de 100 pessoas seculares 109 religiosas
Convento de Santa Anna de Religiosas Franciscanas Observantes	16 religiosas, algumas seculares e criadas

Fonte: Souza, J. O. T.(1755). *Carta em que um amigo dá noticia a outro do lamentável successo de Lisboa*. Lisboa: [s.n].

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Araújo, A. C. (1997). *A Morte em Lisboa: Atitudes e Representações 1700-1830*, Lisboa, Livros Horizonte.

Câmara Municipal de Lisboa (1955). *Exposição iconográfica e bibliográfica comemorativa da reconstrução da cidade depois do terramoto de 1755*, Lisboa, Palácio Galveias.

Chantal, S. (2005). *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do terramoto*. Lisboa: Livros do Brasil.

Franco, F. M. (1794). *Medicina Theologica ou supplica humilde, feita a todos os Senhores Confessores, e Diretores, sobre o modo de proceder com seus Penitentes na emenda dos pecados, principalmente da Lascivia, Colera, e Bebedice*. Lisboa: Officina Antonio Rodrigues Galhardo.

Lisboa, A. P. (1758). *Memorias das principaes providencias que se derão no terremoto que padeceo a corte de Lisboa no anno de 1755*. [S. 1.].

Madureira, N. L. (1990). *Lisboa, luxo e distinção, 1750-1830*. Lisboa: Fragmentos.

Marques, J. F. (2006). A Acção da Igreja no Terramoto de 1755: Ministério Espiritual e Pregação, in *Lusitana Sacra*, 2ª série, nº 18, 225.

Mendonça, J. J. M. (1758). *Historia Universal dos Terremotos*. Lisboa: Offic. Antonio Vicente da Silva.

Monteiro, N. G. (2006). *D. José*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.

Paiva, J. P. & Lopes, M. A. (2008). *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Volume 7, Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas.

Pedegache, M. T. (1756). *Nova e fiel relação do terremoto que experimentou Lisboa, e todo o Portugal no 1 de Novembro de 1755*. Lisboa: Offic. de Manoel Soares.

Sequeira, G. M. (1933). *Depois do terramoto/ subsídios para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa*. Vol. IV, Coimbra: Imprensa da Universidade.

Sousa, F. (1979). *A população portuguesa no inicio do século XIX*, Tese de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, Porto: Faculdade de letras da Universidade do Porto.

Souza, J. O. T. (1755). *Carta em que um amigo dá noticia a outro do lamentável successo de Lisboa*. Lisboa: [s.n].

Viegas, I. M. ; Loureiro, S. (2012). *Portugal Aflito e Conturbado pello terremoto do anno de 1755*. Lisboa: Direção Municipal de Cultura, Divisão de Gestão de Arquivos.